

STF precisa limitar acesso de CPIs a dados do Coaf, defende advogado

09/06/2026

O Supremo Tribunal Federal precisa analisar de forma mais aprofundada os limites da atuação das **comissões parlamentares de inquérito (CPIs)**, para evitar seu uso indevido e assegurar maior controle. É o que opina o criminalista **Francisco Agosti**, participante da **mesa-redonda promovida pela FGV Justiça**, em maio, para debater o tema “Requisição de RIF pela autoridade policial sem autorização judicial”.

O advogado apontou que mais de 300 relatórios de inteligência financeira (RIFs) foram requisitados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS — para ele, um número “surreal”. Além disso, os colegiados das CPIs costumam deliberar “sem qualquer fundamentação”.

Assim, na visão do criminalista, “a supervisão do Poder Judiciário é absolutamente pertinente”.

Outro ponto que preocupa Agosti são os critérios para a investigação e a requisição de RIFs relacionados a autoridades com foro especial, principalmente parlamentares. Ele destaca a necessidade de discutir “quem vai fazer esse crivo”.

Clique [aqui](#) para ver a palestra ou assista abaixo:



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-09/stf-precisa-discutir-limites-para-acesso-de-cpis-a-dados-do-coaf-defende-advogado-2/>